

# OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS TENDÊNCIAS ELEITORAIS DE CHAPECÓ - 1945 a 1965 \*

*Monica Hass* \*\*

## Introdução

Enfocamos neste texto a importância do novo contexto político que surge a partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas e a criação dos novos partidos políticos, nas transformações ocorridas na configuração do poder político chapecoense, na fase pluripartidária de 1945 a 1965.

Inicialmente apresentamos a organização dos partidos políticos no âmbito nacional, estadual e municipal na fase de redemocratização do país, bem como as estratégias que envolvem a conquista e/ou manutenção do poder. Na trajetória da formação partidária chapecoense, pós-45, enfocamos principalmente a data da fundação dos partidos, seus líderes, perfil ocupacional das suas lideranças e bases sociais dos partidos. Levantamos ainda, aspectos que prevaleceram na organização partidária do município: o perfil conservador e oligárquico partidário (MICHELS, 1982), o padrão oposicionista local e o viés étnico de suas bases eleitorais.

Nesse sentido, resgatamos a história política do município, considerando, de forma restrita, as relações estabelecidas entre o poder local e o estadual, ressaltando a ação dos partidos políticos em sua

\* O presente trabalho origina-se de parte da dissertação de mestrado em Sociologia Política (mais precisamente o capítulo 4 e um item da Introdução), intitulada "Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense : um estudo de poder local - 1945-1965", defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1993.

\*\*Mestre em Sociologia Política, Professora do Depto. Ciências Humanas e Sociais e Coord. do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste - CEOM, UNOESC/Chapecó-SC.

função representativa (organização das bases eleitorais). Além disso privilegiamos as vinculações entre as bases sócio-econômicas e a instância política, onde as influências do processo de urbanização e as transformações sócio-econômicas (SOARES, 1973) são levadas em conta para se tentar compreender o surgimento de novos grupos, que passam a atuar via estrutura partidária, e a mudança no comportamento eleitoral.

Na segunda parte do trabalho, traçamos um quadro de tendências político-partidárias do município de Chapecó e de forma limitada, da região oeste do Estado, no período que vai de 1947 a 65, assinalando regularidades da dinâmica dos processos eleitorais da fase multipartidária.

Evidencia-se, no caso, a força eleitoral do PSD e da UDN e o papel do PTB, que se coloca como elemento definidor nesse quadro, principalmente a partir de 1950. Vale observar que as modificações na dinâmica político-eleitoral do período estão inseridas num processo de transformações sócio-econômicas e políticas, proporcionando a participação de novos elementos na configuração do poder local.

Quanto às noções teóricas baseamo-nos em MICHELS (1982), WEBER (1974) e DUVERGER (1983), que teorizam sobre a organização dos partidos políticos na literatura internacional, enfatizando o aspecto elitista-hierárquico das agremiações partidárias. No que diz respeito ao sistema partidário brasileiro trabalhamos, principalmente com Campello de SOUZA (1990) que analisa o período de 45 a 64 da política nacional, tomando como ponto de partida as relações entre estado e sistema partidário.

As obras sobre política catarinense, no período estudado, são raras. Num dos trabalhos mais significativos a respeito, CARREIRÃO (1990) escreve sobre o sistema partidário e a dinâmica do processo eleitoral do Estado, de 1945 a 1979. DITTRICH (1981), por sua vez, faz um estudo sobre as bases eleitorais dos partidos e uma análise da evolução do sistema multipartidário - 1945-65. Enquanto isso, LENZI (1983), PIAZZA (1984-1985) e LAUS (1985) fornecem informações sobre lideranças políticas do município de Chapecó.

Metodologicamente trata-se de uma análise fundamentalmente

baseada na pesquisa eleitoral, na documentação historiográfica e na história oral das lideranças políticas de Chapecó.

## **1. O Surgimento dos Partidos Políticos Nacionais na Conjuntura de 1945**

O processo de desmantelamento do Estado Novo inicia-se a partir de princípios de 1945. A democratização acelera-se sob a combinação de fatores externos e internos. Os primeiros derivam da nova conjuntura internacional aberta com a proximidade da derrota do nazi-fascismo, que torna cada vez mais inviável a sobrevivência de um regime ditatorial no Brasil. Internamente, o “manifesto dos mineiros”, de 24 de outubro de 1943, foi a primeira demonstração coletiva de protesto contra o Estado Novo e a favor da implantação de um governo liberal-democrático no país (SOUZA, 1990, p. 63).

As pressões sobre o Governo levam a decretação no dia 28 de maio de 1945, da chamada “Lei Agamenon” (nome do ministro da Justiça da época), que marca as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamenta o novo Código Eleitoral e os requisitos para a formação de partidos políticos. A grande inovação desta lei é de que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional.

Maria Campello de SOUZA (1990) enfocou o caráter de “continuidade” no que diz respeito aos aspectos político-institucionais que marcaram a redemocratização. “Permanecem as máquinas das interventorias estaduais, o arcabouço do sindicalismo corporativista, as raízes da burocracia estatal e as mesmas fontes de uma ideologia autoritária” (BENEVIDES, 1981, p. 52). Campello de SOUZA (Idem) conclui que, sob tais condições, a estrutura de 45, teve como seu principal fator determinante a estrutura anterior, existente no Estado Novo.

A autora ressalta ainda que “a estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pró-varguismo) e não por clivagens sócio-econômicas nítidas” (Idem, p. 42).

SOARES (1973, p. 69), por sua vez, sublinha que a política

oligárquica sobreviveu na Segunda República, condicionando todo o sistema político nacional. “O golpe limitou-se a remover Getúlio Vargas e sua equipe do poder federal e dos governos estaduais, sem se preocupar com uma modificação substancial nas bases latentes do sistema político nos Estados e nos municípios”. Isto significa que a política oligárquica não foi substituída por uma política democrática, com participação ampliada de setores e classes sociais menos privilegiadas. A política do período de 1945 a 1964 ainda era “essencialmente uma política feita por membros da elite” (Idem, p. 136).

O novo quadro partidário foi estruturado sob o comando, quer do líder deposto, quer das elites políticas oposicionistas, permanecendo em vigor até 1965. De acordo com Eli DINIZ (1989, p. 326) “verificou-se correlações significativas entre “*status*” sócio-econômico - medido por renda e educação - e preferência partidária, o mesmo ocorrendo com a clivagem rural-urbana, fortemente relacionada à votação conferida aos principais partidos - PSD, UDN e PTB”.

Do lado das forças getulistas ocorre um processo de formação de duas correntes: o PSD e o PTB. Inicialmente, Vargas e todo aparato oficial do Estado Novo, lançam-se na construção de um forte partido de sustentação oficial: o **Partido Social Democrático**. Este partido surge a partir da força das interventorias estaduais (os governadores nomeados por Vargas) e representa uma tentativa de centralizar as forças oligárquicas locais fiéis a Vargas.

Segundo DINIZ (1989, p. 326), o PSD “configurou-se como um partido preponderantemente rural, recebendo a maior parte de seus votos dos fazendeiros e proprietários rurais, bem como das elites e da classe média das pequenas cidades”.

O **PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)**, por sua vez, foi criado com o objetivo de mobilizar o voto operário em benefício de Getúlio Vargas e seus seguidores (SOARES, 1981, p. 20). O partido aproveitou a estrutura dos sindicatos, montada durante o Estado Novo e ainda manipulada pelo Ministério do Trabalho, para crescer, sendo que sua base organizacional é urbano-industrial.

Do lado da oposição a Vargas e ao Estado Novo formou-se uma ampla frente contra o governo Vargas e seus seguidores, em torno da

**União Democrática Nacional (UDN)**, composta basicamente, segundo BENEVIDES (1981, p. 29), por cinco grupos: os membros das oligarquias destronadas a partir de 1930; os antigos aliados de Getúlio que se sentiram marginalizados ou traídos e saíram em 1937; os que participaram do Estado Novo, mas romperam com Getúlio ou com as forças locais situacionistas antes de 1945; os liberais nos Estados; e setores de esquerda.

A **União Democrática Nacional (UDN)**, era um partido liberal-conservador<sup>2</sup> fortemente elitista, que teria ampla penetração em setores da classe média urbana, da oligarquia e da burguesia. SOARES (1981, p. 24) chama a atenção para a clara contradição nas bases políticas e sociais do partido, dividido entre coronéis conservadores nas áreas rurais por um lado, e a classe média liberal, nas áreas urbanas, por outro.

A partir da “frente de oposição” surgiu dois meses depois da fundação da UDN, a “Esquerda Democrática”, que se transformaria em 1947, juntamente com outros grupos socialistas, entre eles, a “União Democrática Socialista”, no **Partido Socialista Brasileiro (PSB)** (BENEVIDES, 1981, p. 31)<sup>3</sup>.

Além dos três grandes partidos nacionais - UDN, PSD e PTB, e do PSB - vários outros partidos fazem parte do novo quadro político-partidário, destacando-se, no caso, o **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, uma vez que, como afirma SOARES (1973, p. 69): “a situação político-partidária, depois de muitos anos de ditadura, caracteriza-se pela existência de um só partido efetivamente nacional dotado de uma ideologia consistente: o Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922, que soube manter, mesmo durante a ditadura, uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e nas principais cidades”. Partido de origem operária participa de eleições entre 45 e 47, mas quando se verifica a “guerra fria”, é colocado novamente na ilegalidade.

Há ainda os partidos que tiveram características regionais. O **Partido Democrata Cristão (PDC)**, segundo VIANA (1981, p. 9), constituiu-se nos países de tradição católica, num dos instrumentos estratégicos de organização da vontade política da sociedade civil católica. A agremiação política não se pautou num discurso reformista e modernizante, tendo cumprido um papel social irrelevante.

O **Partido de Representação Popular (PRP)** formado por Plínio Salgado e seus seguidores é sucedâneo ideológico da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento pára-fascista da década de 30. Partido de ideologia direitista teve pouca influência nos centros urbanos, com algumas fortes bases regionais em áreas de pequenos agricultores. Particularmente nas regiões de colonização alemã e italiana do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O **Partido Social Progressista (PSP)**, do “cacique populista” local, Adhemar de Barros, era um partido muito forte em São Paulo, tendo pouca penetração na grande maioria dos Estados. Herdeiro dos antigos federalistas, o PL (Partido Liberal), idealizado por Raul Pilla, do Rio Grande do Sul, era defensor do parlamentarismo e de uma forte descentralização do poder. Também teve pouca penetração nos demais Estados brasileiros.

SOARES (1973, p. 73) conclui que “organizacionalmente”, o período de 1945 e 1964, teve apenas seis partidos efetivamente nacionais - PSD, UDN e PCB, desde o início, e PTB, PSP e PRP, que construíram suas bases organizacionais progressivamente. Entretanto, eleitoralmente, a qualificação do PSP e PRP como partidos nacionais é discutível”.

## 2. A formação dos Partidos Políticos em Santa Catarina

A aglutinação inicial das forças políticas catarinenses obedece a um padrão semelhante àquele verificado no cenário nacional: de um lado as correntes da oposição antivarguista, agrupando-se em torno da União Democrática Nacional; do outro, as correntes fiéis ao oficialismo, articulando, a partir sobretudo da estrutura da interventoria estadual, o **Partido Social Democrático**. Quanto à orientação ideológica são, segundo CARREIRÃO (1990, p. 39-45), partidos de tendência conservadora, vinculados às oligarquias e elites locais.

Criado a 13 de maio de 1945, o **PSD** foi controlado durante sua existência pela família Ramos, originária de Lages, onde eram grandes proprietários rurais. Nereu Ramos, Interventor em Santa Catarina, no Estado Novo, eleito senador em 1945 e 54, deputado federal em 1950 e presidente da República de novembro de 1955 a janeiro de 56,

comanda o partido, utilizando a máquina política montada de 1937 a 45. Com sua morte em 1958, assume a presidência do PSD, seu irmão e vice-presidente, Celso Ramos, eleito governador do Estado em 1961. A única dissidência à ala hegemônica do partido foi liderada por Leoberto Leal, de 1950 a 58, que fazia parte da “Ala Moça” do PSD.

De acordo com CARREIRÃO (1990, p. 68), “regionalmente o PSD predominou eleitoralmente em especial nas regiões de Florianópolis e dos Campos de Lages”. Ele conclui ainda que “o PSD foi o partido que apresentou a maior tendência a boas votações em contextos rurais e/ou de baixa industrialização e/ou de maiores índices de analfabetismo, no período multipartidário”.

A **União Democrática Nacional** que teria sido criada “aproximadamente entre o período de 07 de abril e 28 de junho de 1945, teve entre seus organizadores, membros das oligarquias destronadas com a revolução de 30 e antigos aliados de Getúlio Vargas” (LAUS, 1985, p. 60). Entretanto, a base de estruturação da UDN serão os grupos desalojados do poder em 1930, liderados por Adolfo Konder e sua família, unida por laços familiares com a família Bornhausen, originários de Itajaí. Sendo que os primeiros ligados a Casa Hoepcke e os segundos, ao Banco Inco (Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina). Não constatou-se participação de líderes ou grupos liberais (de cunho ideológico forte) nem de segmentos de esquerda na formação da UDN catarinense (CARREIRÃO, 1990, p. 51).

Este autor (1990, p. 68) diz que a UDN dominou eleitoralmente, de forma nítida na região do litoral de São Francisco do Sul e teve certa hegemonia na bacia do Itajaí. Além disso, “a UDN apresentou apenas uma leve tendência de melhores votações em contextos de menor urbanização e/ou industrialização. Portanto, não parece ter sido um partido tão dependente de uma base rural, quanto o PSD”.

Como partido político, o **PTB** data oficialmente de 26 de março de 1945. Entre seus fundadores estão: Saulo Ramos, Carlos Gomes de Oliveira e Telmo Vieira (LENZI, 1982, p. 168). CARREIRÃO (1990, p. 46-7), observa que “pelo menos ao nível de suas lideranças maiores o PTB não imprimiu, no início de sua existência, um tom marcadamente reformista a seus discursos e à sua prática”. Mas enquanto a direção

do partido era de tendência conservadora, a base era mais avançada, com o trabalhismo catarinense apresentando uma certa penetração em setores operários.

O quadro passa a mudar a partir de 1959, com a eleição de Doutel de Andrade para presidente do partido. Ocasão em que a agremiação partidária assume posições reformistas (de esquerda) que predominavam em Estados como o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Contudo, o perfil ideológico do partido não era hegemônico no Estado. Por influência do PCB, lideranças mais à esquerda originavam-se do sul do Estado. Nas outras regiões havia uma liderança moderada. Eleitoralmente, o PTB foi o partido com maior predominância de bases urbano-industriais em Santa Catarina (Idem, p. 69).

Quanto ao **Partido Comunista Brasileiro** Catarinense, registrado oficialmente no TRE, em 1945, concentrou-se, principalmente em Florianópolis e Criciúma, sendo que CARREIRÃO (1990, p. 52-3) demonstra a debilidade do PCB, de Santa Catarina, em relação aos demais Estados.

Já o diretório estadual provisório do **Partido de Representação Popular** foi instalado em Santa Catarina, em 1945. Nessa ocasião, “o PRP catarinense não era desvinculado, pelo menos no plano doutrinário, do movimento integralista”, sublinha CARREIRÃO (Idem, p. 49). Por outro lado, o autor não descarta a hipótese de que haja uma relação entre a colonização alemã e o crescimento do integralismo no Estado (associado, por seus traços, com o fascismo ou o nazismo). Mesmo porque constata-se que o PRP tinha bases fortes sobretudo nos municípios de colonização alemã, tanto no Vale do Itajaí e como veremos mais adiante, no extremo-oeste catarinense, principalmente em Itapiranga, reduto de imigrantes ou descendentes de alemães.

De ideologia direitista, o PRP realizava reuniões doutrinárias regularmente, nos núcleos distritais e nos diretórios municipais, não limitando suas atividades aos períodos pré-eleitorais.

O **Partido Social Progressista** somente registrou oficialmente seu primeiro diretório em junho de 50. Ao que tudo indica o partido não apresenta nenhuma coerência ideológica. O **Partido Libertador**, por sua vez, teria sido fundado em 1949, principalmente em Lages. Partido pequeno em Santa Catarina, o **Partido Democrata Cristão**,

tinha como principal preocupação fazer oposição ao comunismo (Idem, p. 56 e 57).

CARREIRÃO (1990, p. 56) chama a atenção para o fato dos partidos catarinenses menores (PSP, PDC e PL), com exceção do PRP, serem partidos sem ideologia. “Tratavam-se de meras siglas de aluguel para algumas lideranças que utilizavam esse espaço político para, através de alianças com os dois grandes partidos do Estado - UDN e PSD - atingirem certos postos no poder”. Tendência verificada também nos partidos políticos chapecoenses.

### **3. O Pluripartidarismo em Chapecó**

Sete partidos foram criados no município de Chapecó, de 1945 a 1965: PSD, UDN, PTB, PRP, PSP, PL e PDC. Como na maioria dos municípios do interior brasileiro, os partidos de esquerda - PCB e PSB - tiveram pouca aceitação em Chapecó. A penetração do PCB, no município, em 1945/47, de acordo com CARREIRÃO (1990, p. 72) é fraca, resultando num percentual de 0,1% da votação total do município.

#### *3.1. Aspectos da Organização Partidária*

No primeiro pleito eleitoral que ocorre em Chapecó, após o Estado Novo - eleição de 1945 para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e alguns Governadores Estaduais - quando o município ainda pertencia ao Território Federal do Iguassú, <sup>4</sup> havia somente um partido organizado em Chapecó: o PSD <sup>5</sup>. Liderado pela família Bertaso, <sup>6</sup> têm como presidente o filho do coronel, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso. Herdeiros da máquina estadonovista montada por Vargas, aderem a Getúlio Vargas na criação do seu partido, no pós-45.

Mas, principalmente em função de rivalidades locais <sup>7</sup>, surgiu uma ala dissidente do Partido Social Democrático, durante a campanha eleitoral de 45, que mais tarde se transformaria na UDN, liderada pelo

comerciante Pedro da Silva Maciel, o médico Otávio Celso Rauen, Alcindo Silva e outros. Como Chapecó ainda pertencia ao Território Federal do Iguassú, a princípio, não se constituiu numa facção oposicionista ao governo federal, pois dela faziam parte pessoas com cargos nomeados pelo governo do Território, bem como pelo governo Vargas, antes do Estado Novo <sup>8</sup>.

O médico Otávio Celso Rauen conta <sup>9</sup> que:

(...)“a ala dissidente do Partido Social Democrático era prá ajudar o governo. O governo nos tratou muito bem naquela época.”

E prossegue:

“Conseguimos filiar mais ou menos mil eleitores, os outros fizeram uma filiação de três mil e comunicamos pro governo do Território. Eles prometeram nos apoiar e quando veio a véspera da eleição nos passaram um telegrama, dizendo que não reconheciam a ala dissidente, que tudo era Partido Social Democrático.”

Essa dissidência não foi recebida de forma pacífica por lideranças pessedistas de Chapecó e do Território do Iguassú. Rauen afirma que:

“Tivemos perseguições violentas ali. Felizmente o velho Bertaso, era um homem meio teimoso, mas era um homem honesto. Ele nunca quis fazer violência contra nós, mas o Ewêncio Elias, um “porta-voz” do Bertaso e outros elementos queriam nos matar. O delegado do Território do Iguassú veio para nos prender. Mas o velho Bertaso não permitiu <sup>10</sup>.”

Com o fim do Território do Iguassú e incorporação do município de Chapecó ao Estado de Santa Catarina, em setembro de 1946, e diante da nova conjuntura do pós-45, surgem no final deste mesmo

ano, a UDN e o PTB. Esses partidos políticos foram formados por dissidentes do PSD, cujas lideranças haviam participado do governo Vargas.

Ressalta-se o caráter oposicionista local em detrimento do caráter ideológico, na formação da UDN e do PTB de Chapecó, onde a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro foram criados “contra” os Bertaso. Ou seja, em oposição ao grupo que detinha o privilégio do poder político municipal. O aspecto oposicionista na formação partidária já transparece na UDN nacional, pois sua organização representou, principalmente um movimento de oposição a Vargas e ao Estado Novo, do que uma mobilização ideológica de cunho mais definido.

Este fato cria um quadro curioso na organização partidária chapecoense, onde ao contrário do que acontece em grande parte durante a constituição dos partidos políticos no âmbito estadual e nacional, em Chapecó, os elementos “ligados” ao governo de Getúlio Vargas formam a UDN e os que estiveram na oposição, na maior parte do período, o PSD.

“O PTB e a UDN, a maioria era contra os Bertaso”, afirmam os ex-líderes políticos da região, José de Miranda Ramos<sup>11</sup> e Otávio Celso Rauhen. Eles ressaltam que a briga com os Bertaso envolvia interesses locais. “Questão de venda de um lote, sua localização ou briga de uma facção com outra”<sup>12</sup>

Esse caráter oposicionista local revela-se de forma acentuada no início da organização partidária e nos dois primeiros pleitos eleitorais - 1947 e 1950. Muda a partir de 1955, em função de determinações ocorridas no âmbito nacional e estadual, quando também em Chapecó, o PSD e PTB formam a Aliança Social Trabalhista.

Por outro lado, evidencia-se o perfil conservador, principalmente, dos dois maiores partidos chapecoenses: PSD e UDN. O Partido Social Democrático organizado pelo grupo favorecido ao final do Estado Novo, objetivava manter a continuidade do sistema de dominação vigente. A UDN também formada por pessoas ligadas ao governo Vargas, de origem urbana liberal, que ambicionavam a conquista do poder, mas sem apresentar um conteúdo ideológico mais profundo.

O conservadorismo também está presente na própria estrutura

organizacional dos partidos chapecoenses, onde há indícios de uma tendência a oligarquização, uma vez que se constata, através da análise da relação da nominata dos diretórios políticos municipais e das entrevistas, que o comando partidário sempre estava concentrado nos mesmos nomes <sup>13</sup>. Não houve ao longo do período enfocado, uma renovação na estrutura partidária, sendo que a prática política chapecoense também evidencia a exclusividade das elites no trato da questão política.

A indicação de oligarquização partidária privilegia o eixo das lideranças dos partidos sob o enfoque da teoria elitista. Para MICHELS (1982, p. 15), autor da “lei de ferro da oligarquia”, a oligarquização é a tendência inevitável de qualquer organização, e portanto dos partidos políticos, por mais democrática que seja a base. Nesse sentido, ele critica a organização como inviabilizadora dos princípios democráticos. Outro aspecto a destacar na formação partidária chapecoense, e que acompanharemos ao longo do trabalho, é o viés étnico que envolve as bases eleitorais - uma vez que a falta de dados não permitiu identificar as bases pelo critério de classe e clivagem rural/urbana, ressaltado pela literatura vigente <sup>14</sup>.

De acordo com os entrevistados, os pessedistas e trabalhistas disputavam o eleitorado italiano e caboclo <sup>15</sup> e os udenistas e perrepistas, os imigrantes e descendentes de alemães. Falando a respeito, José de Miranda Ramos, comenta:

“Os partidos políticos chapecoenses disputavam a mesma faixa do eleitorado. Era tudo mesclado. Madeireiros, colonizadores, comerciantes, colonos, advogados. Só que no caso da UDN era mais na zona alemã e o PRP em Itapiranga”.

Prosseguindo ele afirma:

“No PTB só votavam os italianos e caboclos. Os alemães eram integralistas ou udenistas.”

A identificação do eleitorado udenista, em áreas de colonização alemã, de acordo com alguns entrevistados e a literatura existente, remonta a campanha de nacionalização, ocorrida na era Vargas, durante os governos de Aristiliano e Nereu Ramos (este último agora líder do PSD), quando os imigrantes e/ou descendentes de alemães, foram perseguidos, presos e maltratados <sup>16</sup>.

### *3.2. Os Partidos políticos chapecoenses*

O Partido Social Democrático chapecoense foi controlado durante sua existência - 1945 a 1965 - pela família Bertaso, tendo na sua presidência, o filho do coronel Bertaso, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso. O diretório municipal do PSD de Chapecó foi aprovado pelo TRE, na data de 05 de dezembro de 1946 <sup>17</sup>. Era composto pelos seguintes membros: Serafim Bertaso (engenheiro, colonizador e madeireiro); Domingos Giorno (funcionário público); José D. Silva; Vicente Cunha (advogado); Luiz Lunardi (comerciante, industrial madeireiro - Xaxim); Ernesto F. Bertaso (Colonizador e industrial madeireiro); Ventura Migliorini (industrial madeireiro - Fachinal dos Guedes); Fredolino Zimmer (industrial-madeireiro - São Carlos); João Both (jornalista e industrial - Itapiranga); Abilio Daronch - industrial - Mondai; Albano Gilioli (tabelião em Caxambú); Cid Loures Ribas (advogado).

Antes das eleições municipais de 1947, o partido é reestruturado. No dia 17 de julho de 47, a executiva estadual do PSD, entrou com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral, visando à reorganização do diretório municipal de Chapecó. O TRE pronunciou-se favoravelmente em 07 de agosto do mesmo ano, ficando a diretoria assim constituída: engenheiro civil, colonizador, industrial-madeireiro, Serafim Bertaso (presidente); funcionário público, Domingos Giorno (vice); advogado Vicente Cunha (1. secretário); industrialista-madeireiro, João Batista Zeca (2. secretário); funcionário público, Ary Carvalho Porto (1. tesoureiro); dentista Fidelis Libero Grando (2. Tesoureiro). Membros: industrial-madeireiro, Ventura Migliorini; industrial-madeireiro, Arthur

Argeu Lajus; colonizador, industrial-madeireiro, Ernesto Francisco Bertaso; advogado, Cid Loures Ribas; médico, Darci de Camargo; advogado, Lenoir Vargas Ferreira; escrivão de paz, Euclides Marinho; jornalista e industrial, João A. Both; tabelião, Albano Gilioli; industrial-madeireiro, Fredolino Zimmer; industrial madeireiro, Abilio Daronch e comerciante, Luiz Lunardi<sup>18</sup>.

A composição inicial do partido revela uma forte vinculação sócio-econômica das empresas colonizadoras e dos madeireiros-setores que predominavam na economia local na época. Participavam ainda da agremiação política, comerciantes, dentistas, jornalistas e funcionários públicos. Constata-se assim que apesar do município possuir uma característica essencialmente rural, predominam elementos de origem urbano-burocrático-industrial-comercial (principalmente madeireiros e colonizadores) na formação pessedista em Chapecó.

Quanto às bases eleitorais, principalmente no que diz respeito aos três maiores partidos políticos do município - PSD, UDN e PTB - disputam, segundo os entrevistados, a mesma faixa sócio-econômica do eleitorado: os proprietários rurais, os da cidade e os profissionais liberais. Diferindo assim da caracterização apresentada nas páginas anteriores, em relação aos padrões dominantes no contexto nacional.

Por outro lado, como já falamos no texto acima, os entrevistados ressaltam o viés étnico no que diz respeito à base eleitoral das agremiações partidárias de Chapecó. Nesse sentido, o pessedismo chapecoense dominava eleitoralmente, nos primeiros anos do período multipartidário, principalmente nos distritos de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Dionísio Cerqueira, regiões de colonização italiana e de caboclos.

O Partido Social Democrático chapecoense nasce forte em termos organizacionais, pois como vimos, é o único partido existente em Chapecó nas eleições de 1945. Além disso, na eleição para deputado estadual, em 19 de janeiro de 1947, dos quatro candidatos que concorreram por Chapecó, pelas legendas do PSD, UDN, PRP e PTB<sup>19</sup>, vence apenas o PSD; na eleição municipal de 23 de novembro de 1947, o prefeito eleito é do PSD, com 60,09% dos votos<sup>20</sup>, sendo que, na ocasião, o PSD elege 9 vereadores contra 3 da UDN e 1 do PTB, obtendo ampla maioria na Câmara Municipal, com 76,05% dos

votos.

Um outro indicador da estruturação do PSD é que participam do diretório municipal, membros de outros distritos do município: São Carlos, Fachinal dos Guedes, Xaxim, Caxambú, Mondai e Itapiranga, com o partido estendendo a sua rede organizacional a essas localidades.

Nota-se, por outro lado, um leve declínio do PSD a partir de 1950, que acompanharemos nas próximas páginas deste trabalho. A queda do PSD demonstra que na verdade houve um inchaço artificial de suas bases eleitorais, nas primeiras eleições do período, ocasionado pela superioridade de sua estruturação - baseada na máquina do Estado herdada do Estado Novo - em relação aos demais partidos políticos.

Percebe-se ainda que em relação a sua representação no legislativo estadual, os interesses do Partido Social Democrático, de Chapecó, foram defendidos por advogados <sup>21</sup>. De acordo com Dittrich (1981, p.56), "o PSD quando escolhia um candidato ao posto eletivo, fosse prefeito ou deputado, entre vários elementos, quase sempre dava preferência ao advogado".

O diretório municipal da União Democrática Nacional foi fundado no dia 11 de dezembro de 1946, e teve como presidente, Pedro da Silva Maciel (comerciante); vice, Otávio Celso Rauen (médico); secretário Jacy Bernardes (pedreiro); tesoureiro Dorival Padilha (funcionário público) (LAUS, 1985, p.131). Seus membros eram: Marcelino Joaquim de Moura (comerciário), Rubens Carvalho Rauen (médico), Manoel Gregório de Mattos (colono); Moisés Garcia de Paula (colono), Julio Republicano Pereira (comerciante), Guemorvan Araujo Winckler, de Xanxerê (comerciante), Odoacro de Paula Muniz, Carlos Grützmenn, Eduardo Pompermaier, Bruno Glufke, de Mondai (comerciante), José Maier, João Muxfeld, de São Carlos (colono) e Olímpio Machado <sup>22</sup>.

Pela relação acima verifica-se que a agremiação partidária foi organizada por pessoas que estiveram vinculadas ao governo implantado em 1930 em que formaram a dissidência pessedista nas eleições de 1945. Pedro da Silva Maciel foi eleito vereador pelo Partido Liberal, em 1936 e nomeado prefeito provisório do município, no mesmo ano. Otávio Celso Rauen, foi designado para cargos nos postos médicos do município e do Estado, respectivamente em 1943 e 1944. Jacy

Bernardes foi secretário da prefeitura de Chapecó, durante o Território Federal do Iguassú<sup>23</sup>.

O partido era liderado por elementos de origem urbana liberal, principalmente médicos, advogados e comerciantes, atividades que passam a desenvolver-se com a expansão do processo de urbanização, a partir de 40. Chama atenção, por outro lado, a presença de colonos na formação da UDN chapecoense, constatando-se assim a presença de elementos urbanos e rurais.

As duas primeiras atividades - medicina e advocacia - proporcionam uma feição clientelista, assumida no exercício das profissões liberais, no contexto político local. Tal característica pode ser confirmada no depoimento do ex-prefeito e advogado, José de Miranda Ramos, do PTB:

“Nós arregimentávamos os eleitores na base da amizade e do serviço, principalmente na advocacia, através do qual se formava um elo, uma troca de favores.”

Quanto à base regional da União Democrática Nacional chapecoense, encontrava-se concentrada, basicamente, no Vale do rio Uruguai, nos distritos de São Carlos, Palmitos e Mondaiá, áreas de colonização alemã.

A UDN de Chapecó nasce com uma base de estruturação fraca. Embora não tenhamos encontrado dados sobre o número de diretórios municipais formados e sobre o número de filiados, os dados a seguir, são indícios nesse sentido. O partido não elege deputado estadual em 47 e em 50, nem chega a lançar um nome para concorrer ao legislativo estadual. Na eleição para o legislativo chapecoense, em 1947, faz apenas 12,95% dos votos, contra 76,05 do PSD. Além disso, em 1950, na ocasião da coligação das oposições para concorrer à prefeitura municipal de Chapecó, é lançado para prefeito um candidato do PTB.

A sua débil organização partidária local inicial faz com que lideranças de municípios vizinhos, como Campos Novos, Joaçaba e Lages, concorram a cargos eletivos estaduais e federais por Chapecó, ocupando espaço político de lideranças locais. Contudo, o partido

apresenta uma tendência de crescimento, ao longo do período pluripartidário, tanto no âmbito regional, quanto no município de Chapecó.

O Partido Trabalhista Brasileiro, de Chapecó, na ocasião da sua fundação, também é liderado por uma pessoa vinculada ao governo de Getúlio Vargas, já que o seu presidente - José de Miranda Ramos - foi nomeado promotor público da comarca em 1943, tendo sido filiado inicialmente, em 1945, ao PSD. Miranda Ramos<sup>24</sup> recorda que:

“Os partidos políticos começaram a se organizar em Chapecó, durante o Território. Assim que começou. Foi criado o PSD, o PTB foi criado mais tarde. O PSD e a UDN foram antes. Eu comecei no PSD, porque era promotor público nomeado, aquela coisa. Mas depois, em 1946-47, fundamos o PTB... Teve muita gente que saiu do PSD e foi pro PTB.”

No dia 22 de dezembro de 1946, o jornal “A Voz de Chapecó” publica “a pedido”, uma comunicação sobre a organização do PTB no município. O seu diretório ficou assim constituído. Advogado José de Miranda Ramos (presidente); advogado, Acyr Bittencourt Lobo (1. vice); industrial-madeireiro, Aquiles Tomazelli (2. vice); Otero Basso (1. secretário); advogado Lourenço Alves de Deus (2. secretário); comerciante Dorvalino Félix Nora (1. tesoureiro); industrial-madeireiro, Alberto Ferronato (2. tesoureiro). Membros: Astrogildo Scheidt; colono Josué Annoni; comerciante Arno Fávero; colono Pedro Loss. Comissão de Propaganda: comerciante José Silva de Carvalho; funcionário público, Ely Draúzio Fortes; Claudino Dias; Antonio Trombetta e Salvador G. Zeferino<sup>25</sup>.

Já no Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro documento encontrado sobre a criação do PTB de Chapecó, é do dia 08 de novembro de 1947<sup>26</sup>, quando ocorreu o registro do seu diretório. Consta como presidente o advogado José de Miranda Ramos; 1. vice, o industrial-madeireiro, Alberto Ferronato; 2. vice, o industrial-madeireiro, Aquiles Tomazelli; secretário geral, promotor Acyr Bittencourt Lobo; 1. secretário, comerciante Bruno Sperandio; 2.

secretário, comerciante José Silva de Carvalho; 1. tesoureiro, relojoeiro Dorvalino Felix Nora; 2. tesoureiro madeireiro, Rui Ferronato. Membros: Pascoal Moro, Arlindo Potrich, Fermino Vanzin, Ricardo Lago, Salvador Guilherme Zeferino, colono José Meneghini, pedreiro Arno Fávero, Santo Garrafeti, João Palú e Luiz Avelino Vicenti<sup>27</sup>.

Apesar do PTB ser identificado como “partido dos trabalhadores” - - “se dizia que era do colono, do mais pobre, do mais humilde”<sup>28</sup> - a maioria de suas lideranças partidárias e representantes, tinham origem urbana/burocrática/liberal/comercial. São eles, advogados, funcionários públicos e comerciantes, sendo que no início da sua organização, participam também alguns industriais madeireiros e colonos. Constata-se assim, uma grande diversidade ocupacional dos membros petebistas.

Por outro lado, de acordo com José de Miranda Ramos, a base eleitoral da agremiação partidária era:

“Xanxerê, Xaxim, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Campo Erê. Nas zonas de colonização italiana e dos caboclos. Disputava espaço com o PSD. Os dois se diziam getulistas.”

O ex-líder político de Chapecó ressalta que o partido era formado pela “gauchada, o pessoal do RS”, tendo sido o estigma getulista que carregou a adesão dos migrantes gaúchos e dos caboclos da região.

A estrutura inicial do partido é precária. Apesar de apresentar um candidato para Assembléia Legislativa em 1947, em novembro do mesmo ano não concorre com candidato para prefeitura municipal e elege dois vereadores pela legenda da UDN, fazendo 10,91% dos votos.

Mas em 50 ocorrem mudanças neste cenário, com uma expressiva votação do PTB. O fato de um petebista assumir o comando executivo local e da agremiação partidária eleger diretamente três vereadores, são indicadores nesse sentido. O crescimento partidário do PTB chapecoense está ligado as coligações feitas inicialmente com a UDN (1947 e 1950) e a partir de 1955, com o PSD, pois o partido colocava-se como “fiél da balança” entre os dois maiores partidos políticos de Chapecó, podendo negociar a partir dessa condição.

De acordo com José de Miranda Ramos e Odilon Serrano <sup>29</sup>, o partido assume tendência progressista (embora moderada), desde o início da sua fundação, “pois identificava-se com a doutrina de Alberto Pasqualini, do RS”. Apesar de não aprofundarmos esta questão, CARREIRÃO (1990, p. 49) sublinha que “no nível municipal e ao nível do eleitorado, parece ter havido uma razoável influência das tendências nacionais do partido, de cunho reformista”, na ocasião da formação do PTB catarinense.

Vale ressaltar que o presidente do diretório municipal de Chapecó, deputado estadual José de Miranda Ramos <sup>30</sup>, participa da corrente política liderada por Doutel de Andrade, tendo sido eleito 1. secretário do diretório estadual do PTB, em maio de 1959 (LENZI, 1983, p. 178).

O Partido de Representação Popular surge em Chapecó no final de 1946 ou início de 1947, pois na eleição de janeiro de 47, lança o eletricista Elias Ewêncio, diretor de obras públicas da prefeitura de Chapecó, na época do Território do Iguassú, como candidato a deputado estadual <sup>31</sup>. Se bem que não localizamos o registro do diretório municipal do PRP, deste período, no TRE.

Para as eleições municipais de novembro de 1947, o partido não lança candidatos, demonstrando a debilidade do PRP local. Em 19 de agosto de 1950, a executiva estadual do partido, enviou ao TRE o pedido de registro dos seguintes membros do diretório municipal de Chapecó. Presidente: comerciante Ervino Eugenio Jaeger, vice: industrialista, Arthur Goerck, de Itapiranga; secretário: comerciante, Willibaldo Stuelp. Vogais: colono, Hugo B. Werlang, de São Carlos e colono Germano José Rabuske <sup>32</sup>.

Na eleição municipal de 50, o PRP chapecoense participa da “coligação democrática” firmada pela UDN, PTB e PRP, apoiando os nomes da UDN. Na ocasião o partido elege um vereador, mas com a emancipação do distrito de Itapiranga, em 1953, o perreplismo perde força política no município de Chapecó, não conquistando mais nenhum espaço na Câmara Municipal chapecoense.

Ou seja, na região oeste o PRP passa a ser representativo a partir de 1953, principalmente no município de Itapiranga, de colonização alemã. De acordo com CARREIRÃO (1990, p. 70), no que diz respeito

as eleições legislativas estaduais de 1954 e 1958, a concentração de votos em Itapiranga é claro, conquistando nos dois pleitos, o único perrepista à Assembléia Legislativa do Estado. “Em 1954, 72% dos votos da Zona Oeste provêm deste município e em 1958, 38%. É certo que isto se deve ao candidato Querino Flach, eleito em 1958, com 2501 votos, dos quais 69% provêm de Itapiranga”.

Segundo Genir Destri, entrevistado por CARREIRÃO (Idem), “Querino Flach era uma liderança partidária... O PRP se tornou uma religião quase como o PT de hoje, guardadas as devidas circunstâncias ideológicas. Era um partido de muita disciplina”.

O Partido de Representação Popular não limitava suas atividades aos períodos eleitorais, realizando reuniões doutrinárias regulares nos núcleos distritais e nos diretórios municipais. No entanto, CARREIRÃO (Idem, p. 50) ressalta que apesar de um dos “princípios” do PRP (e do Integralismo) ser “o combate à política oligárquica, vista como uma manifestação nefasta do “liberalismo” na política nacional, a prática do PRP catarinense foi exatamente a de se coligar às oligarquias dominantes no Estado”.

O Partido Social Progressista somente foi formado em Chapecó, em 1950 e tinha na sua liderança o ex-udenista, médico Rubens Carvalho Rauen. O diretório municipal foi reconhecido pela executiva estadual do partido, no dia 25 de julho de 1950<sup>33</sup>, onde destacam-se pessoas ligadas ao setor urbano/comercial. Dele fazem parte o médico Rubens Carvalho Rauen (presidente); industrial Alcides Boss (1. vice-presidente); comerciante Altair Ramos (2. vice-presidente); comerciante Nestor Limongi (secretário geral); comerciário Zeno Benedito Ribeiro da Silva (sub-secretário geral); industrial/comerciante Cristiano Winckler (tesoureiro geral); industrial/comerciante Peri Winckler (tesoureiro geral). Diretores vogais: comerciante Ariovaldo Boss; comerciante Mansueto Longo; comerciário Sadi Loureiro Antonio; comerciário Emilio Moraes e agricultor Excelentino Antônio Tomazini.

O diretório municipal do partido acabou sendo reestruturado em 29 de maio de 1952<sup>34</sup>, permanecendo na sua presidência o médico Rubens Carvalho Rauen. A partir dessa data, começa a destacar-se como liderança regional, o comerciante Leopoldo Olavo Erig, de São Miguel do Oeste, eleito na ocasião, presidente do conselho Municipal

do PSP. Ele é eleito deputado estadual em 1954, quando São Miguel do Oeste não pertencia mais ao município de Chapecó e assume a presidência regional da agremiação partidária, em 1955.

A organização partidária do PSP chapecoense era débil. Mesmo assim, elege um vereador em 1950, tendo sido o único partido chapecoense a não lançar candidato para a Assembléia Legislativa, nesse ano. Já em 55 comanda a sucessão municipal oposicionista, com um candidato a prefeito pessepista.

Quanto à data da constituição do Partido Libertador também há dúvidas. No jornal "A Voz de Chapecó", de 17 de setembro de 1950, saiu noticiado a formação do diretório municipal do PL, com a seguinte nominata: José Leal Filho (presidente honorário); Heitor L. Angeli (presidente); Gomercinda Brumm (vice-presidente); industrial Alexandre Tiezerini (1. secretário); Ary Simão (2. secretário); Otacílio Virth (1. tesoureiro); Irineu Lavarda (2. tesoureiro). Mas o Partido Libertador não participa das eleições de 1950.

Em 1953, o partido entra em fase de estruturação, visando às eleições nos dois anos seguintes. De acordo com uma certidão encontrada no TRE, o diretório municipal de Chapecó foi constituído em 24 de maio de 1953 (35). A sua diretoria era composta por: gen. Fidêncio de Souza Mello Filho (presidente honorário); advogado Gaspar Coitinho (presidente); Carlos Antonioli (1. vice); Augusta Schaeffer (2. vice); Heitor Lotieu Angeli (3. vice); Dr. J. P. Fontoura Bastos (secretário geral); Moacir Trein (1. secretário); dr. José Leal Filho (2. secretário). Membros: Gustavo Hack; Leandro Ferreira Porto; Getulio Lorenzoni; Godorino Ochoa; Ataiades Machado; Adão Pivotto; Pedro Bortoluzzi; Waldemar Stangler; Francisco R. de Moura; Victor de Abreu Leiria; Guilherme da Luz, comerciante Heitor Pasqualotto e Dario Farias.

Mas a organização do partido era precária. O PL se alia nas eleições de 1954 e 55, à União Democrática Nacional e demais pequenos partidos. No pleito de outubro de 54, elegeu um vereador, porém pela legenda da UDN.

O Partido Democrata Cristão, de acordo com o jornal "O Imparcial", de 28 de setembro de 1958, foi fundado em 1958, e instalou sua sede em Chapecó, em setembro deste ano. Contudo, no Tribunal

Regional Eleitoral somente localizamos a ata de reestruturação do diretório municipal de Chapecó, que ocorreu em 23 de março de 1965, sendo que o acórdão do TRE saiu em 04 de junho de 1965.

Na ocasião foram escolhidos os seguintes membros do diretório: Presidente, Ivo Patussi, comerciante; 1. Vice-presidente, Lauro Dresch, construtor; 2. Vice-Presidente, Dórico da Silva, enfermeiro; 3. Vice-Presidente, Gentil Fortunato Frandaloso, comerciante; Secretário Geral, Dino Antônio Patussi, Jornalista; Secretário de Organização Partidária, Antenor Dalla Vechia, bancário; Secretário de Finanças, Nilo Ficagna, industrial; Secretário de Propaganda, Nelson Fávero, operário; Secretário de Estudos, Basílio Daniel, funcionário público; Secretário de Formação e Arregimentação de Militantes, Irady Donato, alfaiate; Secretário de Juventude, Americano Chaves Viana, estudante; Secretário do Trabalho, Hilário Badin, aviário. Diretores Vogais: Isaias Della Torre, agricultor; Avelino Gasparin, alfaiate; Raimundo Morelato, comerciante; Roberto Gauer; Armindo Dresch, operário; Pedro Giaretton, Celeiro; Pedro Dala Costa, agricultor; Dorvalino Fávero, alfaiate; Waldomiro Wiazorskosi, operário<sup>36</sup>.

O PDC era um partido fraco, apesar da região oeste ter eleito um deputado estadual, natural de São Miguel do Oeste, em 1958. No município de Chapecó, um indicador de sua debilidade é o fato de não ter eleito vereador em 1958 e nem em 1962, quando seus candidatos concorreram pela legenda da UDN.

Constata-se ainda que os pequenos partidos - PDC, PRP e PL - em nenhuma das eleições do período trabalhado, lançaram candidatos à prefeitura municipal. Somente para vereadores e deputados, mesmo porque não possuíam condições de competir com os grandes partidos, com quem se coligavam, barganhando ganhos eleitorais.

#### **4. Estratégias na Conquista do Poder**

A seguir apresentamos as estratégias que envolvem a luta pela conquista e/ou manutenção do poder no âmbito estadual e municipal, objetivando dar uma visão do conjunto das práticas realizadas no período, mesmo porque constatamos, através das entrevistas realizadas

e das pesquisas em jornais, que no plano local, normalmente, seguiam-se as determinações políticas e adotava-se os mesmos mecanismos utilizados no plano estadual e/ou federal.

No caso dos partidos políticos catarinenses, CARREIRÃO (1988, p. 40) menciona a utilização da máquina administrativa, associada a práticas clientelistas, como estratégia política adotada na luta pela conquista do poder político, principalmente pelo PSD e a UDN. Segundo o autor “o clientelismo e as campanhas eleitorais eram subvencionadas não só a partir do dinheiro público, mas também através de recursos saídos de grupos econômicos”. Além disso, o comando da máquina foi utilizado como instrumento de pressão junto a funcionários públicos (Idem).

Em relação à primeira eleição deste período, LAUS (1985, p. 69) afirma: “a interventoria, na figura do poderoso Nereu Ramos, joga duro. Toda a máquina administrativa do Estado é acionada em favor do PSD e violentamente contra a UDN e seus adeptos”.

Já DITTRICH (1981, p. 49), defende a tese de que: “Em todos os pleitos legislativos, sem exceção, seria vitorioso o partido que, naquele momento, detinha o governo do Estado. O partido do governador se beneficiava da máquina do Estado e da sua posição de prestar favores e exercer pressões em benefício de seus candidatos nas eleições legislativas”.

A autora aponta ainda um dado importante sobre a questão do clientelismo, (mas generalizado ao conjunto dos partidos, sem diferenciá-los): “Observa-se que para 85% dos deputados o cabo eleitoral era muito importante... De acordo com as declarações dos deputados, os favores prestados pelos cabos eleitorais aos eleitores eram financiados, em primeiro lugar, pelo candidato que o cabo eleitoral apoiava, e em segundo lugar, às expensas do próprio cabo eleitoral” (Idem, p. 85).

Os conflitos de interesse em Chapecó, durante o período multipartidário, passam por conturbados processos eleitorais, com denúncias de corrupção, coação a eleitores e até com um linchamento de quatro pessoas, ocorrido pós-eleição de 50; pela ação administrativa, com nomeação e demissão de funcionários; além de denúncias de desmandos políticos administrativos que resultaram em vários processos

judiciais e o assassinato de um Intendente Exator Municipal, da UDN, por um advogado do PSD, em 1954<sup>37</sup>.

Constata-se assim, por parte dos grupos políticos do lugar, da utilização da máquina eleitoral do governo, do favoritismo político e da perseguição aos adversários, até mesmo com o uso da força, características sobreviventes da Primeira República, como forma de se perpetuar ou conquistar o poder local. Configura-se, nesse contexto uma prática clientelista estreitamente ligada à máquina do Estado, envolvendo uma troca de compromissos entre o governo estadual e o local. Esta articulação de interesses, por sua vez, resulta na distribuição de benefícios por parte do Estado ao município, seja do ponto de vista material/recursos como na de nomeação de cargos, em troca de votos que garantam eleições situacionistas.

Num rápido levantamento realizado dos órgãos estaduais e federais que foram sendo criados no município pós 45/47, verifica-se o desenvolvimento de uma política de clientela, em Chapecó, através do controle dos cargos públicos. Além do poder econômico, o emprego público surge como outro instrumento para o controle do poder político chapecoense<sup>38</sup>.

Quanto à UDN estadual, LAUS (1985, p. 143 e 184) e CARREIRÃO (1990, p. 42-4) mencionam a utilização da máquina financeira do Banco Indústria e Comércio S.A. (Inco), na luta pela conquista do poder, por parte de lideranças deste partido. Sônia LAUS cita os seguintes fatos relacionados ao Banco Inco:

1) A estratégia de Irineu Bornhausen de colocar Genésio Miranda Lins e seu filho Eduardo Santos Lins (vinculados ao Banco Inco) em posições importantes no xadrez político catarinense;

2) Cita entrevista do ex-pessedista Leoberto Leal, no jornal "O Estado", de 08 de março de 1987, em que Leal acusa Irineu Bornhausen, de na campanha de 1947, "fazer de seu banco um instrumento de compressão econômica e propaganda política e das filiais daquele estabelecimento de crédito, um verdadeiro balcão de consciências entregue ao mais escancarado aliciamento de votantes".

3) Em relação à campanha eleitoral de 1950, afirma: "campanha desenvolvida mais em torno de nomes do que propriamente das siglas partidárias, organizada de forma que a máquina do banco Inco foi

colocada a todo vapor na cabala de votos para Irineu Bornhausen e os candidatos udenistas...”

O Banco Inco parece ter sido importante não só para a tomada do poder pela UDN, em 1950, como também para o controle do partido por Irineu Bornhausen, a partir de uma rede de lideranças importantes ligadas ao banco. Um outro fato importante é o crescimento acelerado do Banco Inco durante a gestão Irineu Bornhausen, passando a funcionar como uma espécie de banco estadual, com grande parte do dinheiro do Estado circulando naquela instituição financeira, contribuindo assim para a manutenção e fortalecimento de Irineu Bornhausen no poder (CARREIRÃO, 1990, p. 43-4).

No caso de Chapecó, causa polêmica a instalação do Banco Inco, um mês antes da eleição de novembro de 1947. Apesar da clareza da jogada política-eleitoreira que gira em torno do seu estabelecimento, o próprio PSD local defende a criação da instituição bancária e repudia através do jornal “A voz de Chapecó”, de 21 de setembro de 1947, a tentativa da utilização política do banco pela oposição local.

Constata-se ainda que em 1952, o gerente do banco Inco, de Chapecó, Roberto Francalacci e mais dois bancários faziam parte do diretório municipal da UDN<sup>39</sup>.

O PTB no âmbito estadual também utilizou parcelas da máquina administrativa do Estado a que teve acesso, especificamente os órgãos e autarquias vinculados à Previdência Social. CARREIRÃO (1990, p. 48) cita entrevista do ex-petebista Genir Destri, natural de Chapecó, que relata esta prática, vinculando-a aos progressistas do partido, ligados a Doutel de Andrade. De acordo com Destri,

“Jango deu toda a estrutura petebista a Doutel - o SAMDU; os institutos previdenciários (IAPI, IAPETEC) que tinham uma boa estrutura na região carbonífera de Criciúma.”

Em Chapecó, segundo o ex-líder político José de Miranda Ramos, os trabalhistas utilizaram-se, principalmente da Previdência Social, na prática do clientelismo partidário local.

Outra estratégia importante dos grupos que mantinham o poder político do Estado, nesta fase, foi o controle dos principais meios de comunicação (Idem, p. 40). O PSD, contou desde o início da sua formação, com o jornal "A Gazeta", isto até 1951. Além disso adquire o jornal "O Estado" e funda a Rádio Guarujá, sob o controle de Aderbal Ramos da Silva.

Quanto à imprensa udenista, seu principal órgão de divulgação foi o "Diário da Tarde", fundado por Adolfo Konder, em 1945. A partir de 51, passa a contar também com o jornal "A Gazeta". Em Lages, Aristiliano Ramos tinha o jornal "Região Serrana", até dezembro de 1946. Irineu Bornhausen comprou a rádio Diário da Manhã, quando governou o Estado (CARREIRÃO, p. 45-6).

No que diz respeito à imprensa petebista, CARREIRÃO (1990, p. 49, 52-55) cita o jornal "A Evolução". No caso do PRP, o jornal blumenauense, "O Lume"; e do PCB, "A Folha Catarinense", "Unidade" e "Novos Dias".

O controle dos meios de comunicação também constituíam-se numa importante estratégia dos grupos chapecoenses que controlavam o poder político municipal. Tanto o PSD, como a UDN, tinham jornais que representavam formalmente os interesses da situação e da oposição. O PSD possuía o jornal "A Voz de Chapecó", e a "Rádio Sociedade Oeste Catarinense". A UDN, o "Jornal D'Oeste", em 1947 e 48 e funda em 51, o jornal "O Imparcial". Havia ainda o "Jornal do Povo" que assumia uma posição mais independente.

O jornal "A Voz de Chapecó" foi fundado em 03 de maio de 1939, durante o Estado Novo, pelo coronel Ernesto Francisco Bertaso, o juiz em disponibilidade Antonio Selistre de Campos e o advogado e futuro prefeito de Chapecó (1947), Vicente Cunha. O periódico teve sua publicação interrompida ainda durante o Estado Novo - em 13 de agosto de 1941 - numa época em que a censura à imprensa era exercida pelo poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e que "um diretor de um jornal não podia se insurgir contra os desmandos". Volta a circular em 29 de junho de 1946, na fase de redemocratização do país (Idem, p. 193).

"Tratava-se de um jornal que dava total cobertura ao pessedismo, defendendo os interesses do partido no âmbito federal, estadual e

municipal, principalmente nos períodos de campanhas eleitorais, promovendo suas realizações, bem como as da Empresa Colonizadora Bertaso e de pessoas ligadas a família” (HASS, p. 193).

Por outro lado, conquistado o poder executivo, em 1950, a primeira providência dos partidos coligados (PTB/UDN/PSP/PRP) foi abrir espaço na imprensa local, para dar sustentação ao seu governo (Idem, p. 257).

Em 19 de janeiro de 1951, entra em circulação o “Jornal do Povo”, impresso nas oficinas do “Diário da Manhã”, de Passo Fundo. Tem como diretor, o jornalista petebista Carlos Danilo de Quadros, Chefe de Serviço do Instituto Nacional do Pinho, em Chapecó e como secretário, Elpídio F. Barbosa, também do SNP<sup>40</sup>.

Caracteriza-se como um jornal independente, que não teve uma expressiva participação nas polêmicas que envolviam o poder local. Predominavam as matérias internacionais, nacionais e estaduais. Mudava frequentemente de direção e teve curta duração. O último exemplar encontrado foi de 28 de março de 1953.

Em 25 de fevereiro de 1951, passa a circular o jornal “O Imparcial”. O deputado estadual do PTB, Paulo Marques era seu diretor responsável e o tipógrafo Alexandre Tiezerini, da UDN, o diretor proprietário. De acordo com o editorial do primeiro exemplar, o jornal “surge para cooperar com o governo implantado a 31 de janeiro de 1951” (CARREIRÃO, p. 258).

Mas ao invés de promover as ações realizadas pela nova administração municipal e estadual, bem como, pelos seus legisladores, “O Imparcial” estava mais preocupado em atacar a administração anterior e, principalmente, os Bertaso e pessoas ligadas à família.

Em relação a “Rádio Sociedade Oeste Catarinense”, fundada em 1949 pelo colonizador/madeireiro/vereador e presidente do PSD chapecoense, Serafim E. Bertaso; prefeito Vicente Cunha (PSD); deputado estadual Protógenes Vieira (PSD) e outros, é importante ressaltar que de acordo com DE MARCO (1991, p.1), “as concessões, em toda a história da rádio difusão brasileira têm sido orientadas por critérios de cunho eminentemente político”. O autor sublinha que em Santa Catarina, durante o período de 1945 a 1964, a elite oligárquica (Ramos e Konder-Bornhausen) e políticos dos partidos por ela

controlados, principalmente PSD e UDN, “são proprietários diretos de metade das estações de rádio existentes” (Idem, p. 116).

As coligações eleitorais eram outra estratégia adotada pelos partidos políticos, tanto no âmbito nacional, estadual e local. Sendo que o PTB destacava-se como “fiel da balança”, entre os maiores partidos - PSD e UDN, impulsionando com esta estratégia, de apoio alternado, o seu crescimento.

SOARES (1982, p. 16) ressalta que o fato do “PTB ter uma ideologia mais flexível, instrumental e oportunista (comparando com o PCB), permitiu sua entrada em alianças e coligações com partidos conservadores no nível municipal”. As alianças e coligações significam ainda, segundo o autor, uma “crescente racionalização das estratégias partidárias, em face das normas institucionais então vigentes e de seu embasamento sócio-econômico”.

Sobre o comportamento aliancista no contexto nacional, LIMA JÚNIOR (1983, p. 43) sublinha que tem “sido frequentemente visto como decorrência de afinidades ideológicas, de estratégias de expansão partidária e da necessidade de maximização dos ganhos eleitorais”. Nas competições partidário-eleitorais chapecoenses, verificaremos que ocorrem, principalmente, nos dois últimos casos.

## **5. Tendências no quadro eleitoral de 1947 a 1965**

A fundamentação dessa análise se dá basicamente a partir dos resultados dos candidatos oestinos nas eleições legislativas estadual (Assembléia Legislativa do Estado) e do legislativo local chapecoense, apresentados nas tabelas 1 e 4. Conta ainda com o apoio dos dados das eleições para o governo do Estado, no oeste catarinense e em Chapecó, bem como das eleições para o executivo chapecoense, conforme pode ser verificado nas tabelas 2 e 3. (41)

### *5.1. Modificações no Legislativo Chapecoense*

Apesar de não possuímos os dados absolutos das eleições de 1950, constata-se na tabela 1, através do espaço ocupado pelas legendas

partidárias na Câmara Municipal, o declínio do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional, em Chapecó, entre 1947 e 1950 - o PSD perde 2 cadeiras e a UDN, 1.

Tendo presente que o PTB levou dois candidatos à Câmara sob a legenda da UDN, em 47, o partido mostra sua força em 50, quando elege três vereadores isoladamente. Neste pleito, portanto, sai favorecido o PTB, ampliando seu espaço na Casa Legislativa, com uma cadeira e os pequenos partidos - PRP e PSP - que conquistam cada um, uma cadeira na Câmara Municipal.

A princípio, o quadro eleitoral de 1950 dava mostras de uma dispersão eleitoral, em função da multiplicação das legendas partidárias. Esta tendência, contudo, não se confirma nos pleitos eleitorais posteriores. Na verdade, as legendas menores, como o Partido de Representação Popular, Partido Social Progressista, o Partido Liberal e o Partido Democrata Cristão, tiveram um crescimento eleitoral pouco expressivo em Chapecó, conforme podemos observar na tabela 1, em anexo.

Quanto ao PTB, apesar de apresentar uma notável expansão do seu peso eleitoral, a partir de 50, não apresentou um crescimento homogêneo e contínuo em todo período. Nota-se uma oscilação de crescimento (1950 e 1954), queda (1958), e crescimento (1962). Observa-se que na última eleição ocorrida para o legislativo local, o PTB recupera-se, superando a UDN em percentual de votos (31,72% contra 23,21%). Essa expansão do Partido Trabalhista Brasileiro, em Chapecó, estava, principalmente, na dependência das coligações com a UDN (1947 e 50) e PSD (1955, 60 e 65), com a agremiação política adotando uma postura ambígua no que diz respeito a seu comportamento aliancista.

Apesar da aliança entre o PSD e o PTB envolver estratégias político-eleitorais negociadas no plano estadual, as tabelas 1 e 2 demonstram que o pessedismo chapecoense, que obteve 50,44% dos votos nas eleições legislativas de 1954, estava ameaçado pelo crescimento da UDN e do PTB (os dois partidos juntos alcançaram 49,56% dos votos em 54), coligados nas eleições majoritárias locais de 1947 e 1950, tendo conquistado a prefeitura em 50. Este quadro coloca o PTB como definidor da disputa eleitoral entre o PSD e a UDN, também em Chapecó.

Os indicadores da tabela 1 (em anexo) mostram ainda um crescimento da UDN nas eleições legislativas de 1954 e 58, época em que o partido estava com o comando do poder executivo estadual, e queda em 62, quando o governo do Estado encontrava-se novamente nas mãos do PSD, perdendo seus votos, principalmente para o PTB.

No que diz respeito ao PSD chapecoense, apesar de apresentar quedas constantes dos índices de votação, nas eleições legislativas locais, mantém-se como partido político hegemônico na Câmara Municipal, demonstrando a força da agremiação política, que lidera desde 1945, no município. Contudo, o seu domínio também está subordinado a coligação firmada com o PTB, para as eleições executivas locais e estaduais de 1955, 1960 e 1965, quando a Aliança Social Trabalhista, é vitoriosa em Chapecó, conforme pode ser averiguado nas tabelas 2 e 3.

O conjunto dos dados nos permitem concluir que o PSD apresenta uma tendência de queda eleitoral ao longo do período, com um índice de votação de 76,24% em 1947, passando para 45,07% , em 1962. Trata-se da única das três maiores forças políticas de Chapecó, cujo desempenho no final do período não registrava crescimento em nenhum dos pleitos da fase pluripartidária. Entretanto, mantém-se numa situação hegemônica durante estes anos, elegendo, em todos os pleitos, a maior bancada partidária.

O Partido Trabalhista Brasileiro é a agremiação política que isoladamente demonstrou uma maior tendência de crescimento no município de Chapecó. Em 1947 o partido fez 10,91% dos votos, na legenda alugada da UDN e em 1962, 31,72%, colocando-se como segunda força eleitoral chapecoense, ao final da fase multipartidária.

A UDN também mostrou uma tendência de expansão ao longo do período, apresentando um percentual de votação de 12,85%, em 1947 e de 23,21%, em 1962. Contudo, esta tendência, como no caso do PTB, não foi contínua, observando-se uma queda no pleito de 62, quando é ultrapassado pelo PTB, declinando para a terceira força política do município.

## *5.2. O executivo chapecoense*

No quadro das diferentes coligações que ocorreram ao longo do

período, evidencia-se que de cinco mandatos do executivo local, dois foram ocupados por políticos pertencentes aos PSD e três ao PTB (Verificar a tabela 2).

Este quadro revela um comportamento bipartidário no que diz respeito as eleições executivas, onde apenas o PSD e o PTB apresentaram um desempenho eleitoral competitivo na conquista da administração municipal apesar da existência de vários partidos (O PSD e o PTB também dominam na Casa Legislativa ao final da fase pluripartidária).

Este fenômeno evidencia uma situação peculiar em Chapecó, em relação ao que ocorre na política-eleitoral nacional, onde predominam eleitoralmente o PSD e a UDN. Também se diferencia do quadro apresentado no âmbito estadual, onde a hegemonia bipartidária, no que diz respeito ao executivo estadual, ocorre entre o PSD (1947, 1960 e 1965) e a UDN (1950 e 1955). Difere ainda das conclusões de CARREIRÃO (1990, p. 82-1) no seu estudo sobre a representação estadual e federal catarinense, uma vez que o autor conclui que “o quadro ao final do período era de domínio absoluto dos dois grandes partidos conservadores...”

Convém lembrar, no entanto, que o fato dos petebistas administrarem, um maior número de vezes o município, do que os pessedistas, está vinculado a aliança do PTB, inicialmente com a UDN e posteriormente com o PSD.

### *5.3. Alterações na Assembléia Legislativa Estadual*

Entendemos que não possuímos elementos suficientes para traçar a tendência evolutiva dos partidos políticos no oeste catarinense, no período de 1947 a 65, uma vez que não obtivemos a votação geral para a Assembléia Legislativa do Estado, de todo o oeste - apenas dos candidatos lançados pela região. Nesse sentido, assinalamos somente alguns aspectos mais gerais das tendências apresentadas pelas agremiações partidárias na fase multipartidária, inicialmente no legislativo e posteriormente no executivo.

O PSD, partido que se apresenta como hegemônico na região,

no início do período multipartidário, - única legenda a eleger um deputado estadual, em 1947 - demonstra um quadro de declínio até 1962. Tanto que perde em número de votos da UDN, na eleição de 62, colocando pela primeira vez um deputado pessedista suplente, na Assembléia Legislativa Estadual, enquanto que a UDN, pela primeira vez, elege um deputado estadual.

A trajetória político-eleitoral da UDN na região oeste, indica o crescimento do partido ao longo do período: em 50, o partido não chega a lançar um nome para candidato a deputado estadual; em 1954 e 1958 alcança somente a suplência; já em 62, consegue eleger um deputado do oeste catarinense, ultrapassando o percentual de votação do PSD e do PTB.

Ressalta-se também o papel do trabalhismo na região, com o PTB confirmando-se como a segunda força política do oeste do Estado de 1950 a 54. E apesar de apresentar uma tendência de declínio, em 1954 e 58 (neste último pleito não conseguiu eleger um deputado), recupera-se na eleição de 62, a partir de negociações ocorridas no âmbito estadual, em torno da Aliança Social Trabalhista, ficando em terceiro lugar na contagem geral da votação (a UDN, em primeiro e o PSD, em segundo).

Verifica-se ainda a força do PRP na região oeste, nas áreas onde concentrava-se a colonização alemã, com o partido elegendo um deputado estadual, em 1950, quando ainda não havia ocorrido as emancipações, bem como em todas as eleições legislativas posteriores: em, 1954, 1958 e 1962. Observando os dados da tabela 4 constatamos que no último pleito eleitoral deste período há uma diferença mínima no percentual de votação entre o PRP e PTB. (Veja tabela em anexo)

Quanto a eleição para o executivo estadual na região oeste, vence a UDN coligada com os pequenos partidos (PRP/PSP/PDC) no pleito de 1955, perdendo em 1960, quando os pequenos partidos apóiam a AST - Aliança Social Trabalhista. (Veja tabela em anexo).

Comparando, através do quadro 1, as tendências predominantes de Chapecó, com o oeste catarinense e o Estado de Santa Catarina, do final dos anos 40, ao início dos anos 60, evidencia-se, a princípio, a predominância do PSD e posteriormente da AST (PSD/PTB), em todos os níveis dos pleitos chapecoenses: legislativo, executivo local e estadual

e para presidência da República (confira na tabela 1, 2, 3 e 5). A tendência do predomínio inicial do PSD, e mais tarde da AST, se repete nas eleições para o governo do Estado, no âmbito estadual.

No entanto, Chapecó não acompanha em todo o período, o resultado final nas eleições para o executivo do Estado, uma vez que em 1955, vence a UDN, e no município chapecoense a maioria dos votos conquistados pertencem a AST. Em 50, o PSD foi vitorioso no contexto estadual e em Chapecó vence o PTB/UDN.

Já na Assembléia Legislativa Estadual predomina o PSD. Enquanto que nas eleições legislativas estaduais no oeste catarinense predomina inicialmente o PSD e ao final, a UDN. O mesmo ocorre em relação às eleições para Presidente da República, no Estado (Confira no quadro 1).

### **Considerações Finais**

Apesar da expansão da área urbana e do desenvolvimento do setor secundário e terciário, que ocorre ao longo do período, o eleitorado chapecoense, na fase do pluripartidarismo, é ainda essencialmente rural. Enquanto que a política chapecoense nesta fase, de um modo geral, era exercida por políticos que, na sua maioria, vinculavam-se a atividades urbanas, de cunho industrial/comercial e profissionais liberais. Chama a atenção, no caso, a diversidade das atividades sócio-econômicas na composição dos partidos políticos, expressando o dinamismo que a sociedade chapecoense ganha neste período, com a expansão populacional e econômica.

Evidencia-se que a passagem da ditadura para a fase de redemocratização do País, proporciona a ascensão das camadas médias urbano/burocrático/liberais na composição e representação partidária chapecoense. O sistema político que se instala, ao mesmo tempo em que deu novo vigor ao poder das chefias políticas tradicionais, que neste período, têm feição urbana, concebe expressão política às novas lideranças urbanas. Controlando os cargos públicos e os votos, através da prática clientelista, velhas e novas lideranças dominam na política local.

No período pós-45, criam-se formas mais sofisticadas de dominação, via clientelismo partidário, meios de comunicação (rádio, jornais) e organizações corporativistas, coexistindo assim, entre as lideranças emergentes e os políticos tradicionais, novas e velhas estruturas e métodos de dominação. Uma vez que a coerção, o uso da força, está presente, principalmente nos primeiros anos da fase pluripartidária.

A política chapecoense, de 1945 a 65, ainda era, essencialmente, uma política feita por membros da elite. Os líderes partidários, a representação política local, era elitista, onde predominavam os industriais madeireiros, colonizadores, médicos, advogados e comerciantes, que eram eleitos pela população menos privilegiada para serem seus representantes.

Na organização partidária operada por essas elites políticas, está ausente qualquer significado ideológico mais profundo, salvo em alguns momentos do PTB e do PRP. A opção partidária ocorre, principalmente, pela definição oposicionista local, aos herdeiros estadonovistas frente a interesses imediatos inconciliáveis, evidenciando juntamente com a oligarquização da estrutura partidária, o conservadorismo do sistema partidário chapecoense.

Foi com essas características que Chapecó desenvolveu um tipo de política local pluralista, uma vez que apesar da hegemonia do PSD, ao longo do período, outros partidos políticos conquistaram representação na Câmara de Vereadores, na Assembléia Legislativa Estadual e em organizações corporativistas do lugar.

Evidencia-se, também, através da leitura da nominata dos diretórios dos partidos políticos, dos resultados eleitorais e nas entrevistas, três elementos que se destacam na composição social das principais agremiações partidárias de Chapecó, no início da fase pluripartidária: a etnia, a religião e a origem sócio-econômica dos seus membros.

No PSD predominam os colonizadores e madeireiros, na sua maioria católicos e em menor número os comerciantes. A sua base partidária-eleitoral concentrava-se nos distritos de colonização italiana e dos caboclos.

Na UDN (bem como no PRP), participam tanto os protestantes

como os católicos. O partido era mais forte nos distritos de colonização alemã, e na sua composição social constata-se uma origem sócio-econômica diversificada, prevalecendo, no entanto, os comerciantes.

No PTB também predominam os católicos, uma vez que o partido disputava a mesma base eleitoral do PSD, ou seja, as áreas de imigração italiana e dos caboclos. A origem sócio-econômica dos seus membros também é diversificada, com a participação de advogados, funcionários públicos, comerciantes e industriais madeireiros.

Esse novo modelo político, marcado pela relação das elites com a estrutura partidária, surge dentro de um contexto de complexificação da sociedade chapecoense, que se intensifica a partir do final dos anos 30, com a aceleração do processo de urbanização. Nessa dinâmica local, ressalta-se a criação de órgãos públicos e privados, o fortalecimento da indústria e do comércio e o surgimento dos meios de comunicação (jornais e rádios), coexistindo neste conjunto, velhos e novos métodos de dominação. Estão incluídas neste contexto, as modificações mais significativas das relações político-partidárias, no pós-45: a passagem do coronelismo para o clientelismo, onde da ação via violência passa-se ao controle dos cargos políticos e dos votos.

## Notas

1) Para obter informações complementares sobre as características sócio-econômicas do município e do distrito de Chapecó, das décadas de 40 a 60, consultar o capítulo 3 da dissertação de mestrado da autora.

2) Apesar da UDN pregar postulados liberais não objetivava nenhuma transformação substancial na sociedade. Esclarecemos ainda que quando falamos em partidos conservadores e progressistas, a grosso modo, nos referimos aos que defendem a manutenção do "status quo", no caso os "conservadores", e os que propõe modificações na estrutura sócio-econômica e/ou políticas existentes, como os partidos chamados de "progressistas" ou "reformistas".

3) BENEVIDES (1981, p. 32) esclarece que a Esquerda Democrática não deve ser confundida com uma facção ou ala dissidente da UDN. "A ED nunca pertenceu à UDN, isto é, como grupo organicamente integrado ao partido, mas apenas se compôs com ela, para consolidar a frente única de posição à ditadura".

4) O Território Federal do Iguassú criado no dia 13 de setembro de 1943, pela lei 5.812, abrangia o sudoeste do Paraná e o Oeste de Santa Catarina. Foi extinto em 18 de setembro de 1946.

5) Não possuímos informações mais precisas quanto a organização do Partido Social Democrático, em 1945 e as eleições deste mesmo ano, pois como Chapecó pertencia ao Território Federal do Iguassú, estas informações constam na instância federal - Tribunal Superior Eleitoral - onde não chegamos a pesquisar. As entrevistas, por sua vez, também não foram esclarecedoras nesse sentido.

6) Maiores informações sobre a história política chapecoense do período de 1917 a 1945 podem ser encontradas no capítulo 2 da dissertação "Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense. Um estudo de poder local. 1945-1965". Vale ressaltar, no entanto, que os Bertaso eram proprietários de uma das maiores colonizadoras da região. Em 1918 foi fundada em Passo Fundo, no RS, a empresa Bertaso, Maia e Cia, pelo coronel Agilberto Maia, então prefeito de Guaporé, seu irmão Cel. Manoel dos Passos Maia e o Cel. Ernesto Francisco Bertaso. Em 1922 a sede da empresa é transferida para Passo do Índios (atual Chapecó). Em novembro de 1923 a empresa é dissolvida e o coronel Bertaso forma uma nova firma denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso. No final de 1948, ela foi alterada para Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso S. A., tendo como diretores, o coronel, seus filhos Serafim e Jaime e seu cunhado Paulo Pasqualli.

Nessa ocasião a empresa dedicava-se à colonização, extração e exportação de madeiras e cerâmica. Estava associada ainda em vários ramos da indústria, inclusive transportes, moinho e uma fábrica para aproveitamento de subprodutos de mandioca. Uma filial da empresa foi instalada em 1942, em União da Vitória, no Paraná.

Os Bertaso trouxeram mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, na sua maioria ítalo-brasileiros. A compra dos lotes foi facilitada, com as terras sendo vendidas aos colonos com uma entrada de 30% e o restante dividido em duas parcelas semestrais. Normalmente a titulação da terra era feita em forma de escritura pública (PIAZZA, 1982, p. 218-21).

Segundo informações de familiares, o ex-caixeiro viajante gaúcho Ernesto Francisco Bertaso comprou o título de militar - coronel - da Guarda Nacional: Diploma do Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional, mas não lembram da data. Os Bertaso consolidam sua dominação política, a partir de 1944, durante o Estado Novo, quando o filho do coronel, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso é nomeado prefeito de Chapecó. No período de democratização, lideram o PSD local.

7) Através das entrevistas realizadas verifica-se que as perseguições constam como uma das principais causas de rivalidades políticas. O médico Otávio Celso Rauen contou os motivos de ser contra os Bertaso, afirmando que teriam tentado aliciá-lo para ficar ao lado do PSD - liderado pela família, mas ele não aceitou, por não

querer envolver-se com política. “A partir daí passaram a me tratar mal”, diz ele. Tanto que o médico que foi um dos fundadores do Hospital Santo Antonio, tendo acompanhado e investido na sua construção, esperava ser indicado para administrá-lo, mas “deram a administração clínica para o Doutor Camargo (PSD). Foi uma injustiça que fizeram comigo... cortaram relações, foi uma coisa”. Otávio Celso Rauen lembra ainda, que seu irmão Rubens Rauen, também médico, foi proibido de entrar no hospital. “Ficavam com capanga armado pra não deixar ele entrar”. Diante desta situação, montaram um hospital provisório e posteriormente passaram a construir sua própria instituição hospitalar (Entrevista realizada pela autora com o ex-udcnista Otávio Celso Rauen, em 25 de agosto de 1992, em Xanxerê).

O ex-trabalhista José de Miranda Ramos confirma as perseguições políticas da época, em entrevista a autora, ressaltando principalmente “a transferência de funcionários e a demissão de cargos”. O ex-coletor estadual, possedista Arnaldo Mendes conta que ficou um “aficionado” por política, depois de ter perdido seu cargo de coletor estadual em Chapecó, em 1950, depois da vitória da oposição - PTB/UDN.. “Eu queria vingança, revanche”, afirma ele, iniciando assim na carreira política.

Arnaldo Mendes declarou ainda que “a perseguição política era muito forte na época. Funcionário que era contra, não podia se meter, pois se perdia a eleição, estava ralado. Todo funcionalismo. Desde o empregado mais graduado até os menores. Se outro partido vencia a eleição, mudava todo o funcionalismo, todo o quadro funcional. Era uma coisa muito séria”.

8) O médico Otávio Celso Rauen foi nomeado chefe do Posto de Saúde do Estado, em 1944, já durante o Território Federal do Iguassú. Pedro da Silva Maciel, por sua vez, foi nomeado prefeito no governo Vargas, em 1936.

9) Entrevista realizada pela autora com Otávio Celso Rauen . Op. cit.

10) Apesar do filho do cel. Bertaso, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso projetar-se na política, a partir de 1944, quando é nomeado prefeito de Chapecó e ser o presidente do diretório municipal do PSD, depois de 1945, constata-se nas entrevistas que a liderança maior cabia ao coronel Ernesto Francisco Bertaso. De acordo com José de Miranda Ramos, “o coronel não era propriamente político. Política quem fazia era o filho. O cel. era mais comerciante. Se bem que ele era o chefe, que mandava em tudo. Mas politicamente, de concorrer a cargos, não”. Otávio Celso Rauen confirma: “O Serafim fazia o que o pai mandava”. Ou seja, como a família liderava economicamente e conseqüentemente politicamente na região, as tarefas eram divididas entre os membros da família. Enquanto que o cel. dedicava-se mais especificamente aos negócios privados da família, cabia ao filho Serafim a direção política, ou seja, atuar no poder público.

11) Entrevista feita pela autora com José de Miranda Ramos, em Florianópolis, em 10 de junho de 1992.

12) Idem.

13) BENEVIDES (1981), HIPÓLITO (1985) e LIPPI (1973) dão indicadores em relação à oligarquização do PSD e da UDN nacional.

14) A inexistência de resultados eleitorais e de dados econômicos por distrito não nos permitem identificar as bases partidárias pelo critério de classe e clivagem rural/urbana do município de Chapecó, ao longo do período. Nas conclusões que nos arriscamos a fazer nesse sentido, sobre o viés étnico, baseamo-nos nas entrevistas e na verificação dos sobrenomes dos membros dos diretórios municipais. Por outro lado ainda, a falta de dados de "surveys" sobre o comportamento eleitoral chapecoense não nos permitem trabalhar com a identificação partidária do eleitorado chapecoense, no sentido de saber se ele distingue os partidos em termos de ideologias e/ou práticas políticas.

15) Categoria atribuída pelos "colonos de origem", uma vez que, como ressalta RENK (1991, p. 07), "eles se auto-denominam "brasileiros".

16) De acordo com CORRÊA (1984, p. 234), os governos de Aristiliano e Nereu Ramos preocuparam-se com uma política de nacionalização nas regiões de colonização alemã. As perseguições no extremo oeste catarinense, principalmente em Itapiranga, Mondai, São Carlos eram uma constante e com o Estado Novo, aumentaram as prisões (Jornal "A Voz de Chapecó", agosto e julho de 1939). Vários conhecidos da autora, da região de Mondai e São Carlos, ficaram presos na cadeia de Chapecó e em Lages. Em Itapiranga houve a substituição dos professores alemães, por professores de Chapecó (Entrevista com Timóteo Paz de Freitas, CEOM, 1986 e 1988).

17) TRE - Pedido de Registro de Órgãos Executivos Municipais do PSD - Ano 1945 a 49.

18) Idem.

19) PSD - Cid Loures Ribas (eleito).

UDN - Otávio Celso Rauem.

PTB - José de Miranda Ramos.

PRP - Ewêncio Elias.

20) Prefeito eleito pelo PSD em 47, Vicente Cunha. Concorreu com João Winckler, da UDN.

21) 1947 - advogado Cid Loures Ribas

1950 - advogado Lenoir Vargas Ferreira

1954 - advogado Lenoir Vargas Ferreira

22) TRE - Pedido de Registro do Diretório Municipal da UDN - 1947. O pedido de registro foi enviado pela executiva estadual em 30 de dezembro de 1946.

23) Atas de posse da prefeitura municipal de Chapecó - 1931 a 1953.

24) Entrevista realizada pela autora com José de Miranda Ramos. Op. cit.

25) Há dificuldade de precisar a fundação do PTB chapecoense, uma vez que na entrevista feita pela autora com Rivadávia Scheffer, ele afirma ter sido um dos fundadores do PTB local, junto com o coletor estadual Paulo Marques e outros, mas seus nomes não aparecem citados na relação dos membros do partido, em dezembro de 1946. Scheffer conta ainda que José de Miranda Ramos, presidente do PTB em 46, somente ingressaria no partido mais tarde. (Entrevista realizada pela autora com Rivadávia Scheffer, em 26 de setembro de 1992, em Chapecó).

26) TRE - Pedido de Registro de Diretórios Municipais do PTB - 1947.

27) Sentimos dificuldade em precisar as bases sócio-econômicas dos membros dos diretórios dos partidos políticos no município de Chapecó, porque nem todos especificam na nominata dos diretórios, as atividades econômicas, nem o local de residência de seus membros. Completou-se os dados, na medida do possível, com informações obtidas em outras fontes (documentos, jornais, entrevistas e livros)

28) Entrevista com José de Miranda Ramos. Op. cit.

29) Entrevista realizada pela autora com o ex-petebista Odilon Serrano, em Chapecó, no dia 28 de agosto de 1992.

30) Apesar de estar atuando na Assembléia Legislativa do Estado, José de Miranda Ramos é eleito novamente presidente do diretório municipal do PTB, de Chapecó, em 24 de junho de 1956. Em 13 de março de 1960, Adão Eugênio Pante assume a presidência do partido (Fonte: TRE/SC)

31) Jornal "A Voz de Chapecó", de 02 de fevereiro de 1947.

32) TRE - Pedido de Registro do diretório Municipal do PRP - 1955.

33) TRE - Pedido do Registro de Diretórios Municipais do PSP - 1950.

34) TRE - Requerimento do PSP, pedindo o registro dos diretórios municipais - 1953.

- 35) TRE - Pedido de Registro do diretório Municipal do PL - 1954.
- 36) TRE - Pedido de Registro do Diretório Municipal de Chapecó - PDC - 1965.
- 37) Para obter maiores esclarecimentos neste sentido, ler os capítulos 5, 6, 7 e 8 da dissertação da autora.
- 38) Verificar no Cap. 3 da dissertação "Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense : um estudo de poder local - 1945-1965".
- 39) TRE/SC - Pedido de Registro de Diretórios Municipais da UDN - 1953.
- 40) O Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941, tinha por finalidade controlar e fiscalizar a atividade extrativa vegetal, no país.
- 41) Ressaltamos que não trabalhamos com os votos nulos e brancos dos pleitos eleitorais do oeste catarinense e do município de Chapecó, por não termos obtidos os dados neste sentido.

### Referências Bibliográficas

- BAQUERO, Marcello. **Os partidos políticos na América Latina : é a oligarquia inevitável.** Publicação UFRGS, março de 1989, n. 8.
- DE MARCO, Benhur. **O controle da mídia : elites e a rádio difusão em SC.** Florianópolis : UFSC, 1991. Dissertação em Sociologia Política.
- BENEVIDES, M.V. **A UDN e o Udenismo.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **O PTB e o trabalhismo.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- CARREIRÃO, Yan. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina : 1945 - 1979.** Florianópolis : Ed. UFSC, 1990.
- CASTRO, Maria Helena G. **Governo local, processo político e equipamentos sociais : um balanço bibliográfico.** BIB, nº 25 Rio de Janeiro : Vértice , p. 56-82, 1988.
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político.** São Paulo : Editora Ciências Humanas, 1982.

- CESÁRIO, Ana C. C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira** : um estudo de poder local. Londrina - PR. 1934 - 1979. USP : São Paulo, 1986. Tese de Doutorado
- CORRÊA, Carlos H. **Um estado entre duas repúblicas**. Florianópolis : UFSC; Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.
- DINIZ, Eli. Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. 3, Rio de Janeiro : 1989.
- DITTRICH, Regina I.R. **O deputado catarinense**. Florianópolis : Ed. UFSC, 1981.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro : Zahar-UNB; Brasília, 1983.
- FLEISCHER, David. **Os partidos políticos no Brasil**. 2v. Brasília : Ed. UNB, 1981.
- HIPPOLITO, Lúcia. **PSD : de raposas e reformistas**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- JUNIOR, Olavo Brasil de Lima (Org.). **O balanço do poder** : formas de dominação e representação. Rio de Janeiro : Iuperj, 1990.
- LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática** : o caso brasileiro. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- LAUS, Sonia P. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960)**. Florianópolis : UFSC, 1985. Dissertação de Mestrado em História.
- LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas** : o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1991.
- LENZI, Carlos. A. S. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis : UFSC; Lunardelli, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Poder político e mudança social**. Florianópolis : UFSC, 1977. Dissertação de Mestrado em Direito.
- LIMA, Jr. Olavo Brasil. **Partidos políticos brasileiros (1945-64)**. Rio de Janeiro : Graal, 1983.

- \_\_\_\_\_. O Sistema partidário brasileiro, (1945-1962). In : FLEISCHER, David (Org.) Os Partidos no Brasil. **Cadernos da UnB**, n. 1. Brasília, p. 24-44, 1981.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília : UnB, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático. In: **Dados**, n. 10. Rio de Janeiro, p. 146, 1973.
- ORLANDO, Carvalho. **Ensaio de sociologia eleitoral**. Minas Gerais : Edições R.B.E.P., 1958.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis : Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O poder Legislativo Catarinense : das suas raízes aos nossos dias. 1834-1984**. Florianópolis, Ed. Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.
- PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre : BRDE; Palotti, 1992.
- RENK, Arlene. As representações da colonização no Oeste Catarinense, a partir dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, n. 7, v. 6, Chapecó, 1991.
- SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo : Difel, 1973.
- SOUZA, Maria Campello de. C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo : Alfa-ômega, 1990.
- TRINDADE, Hégio. **Integralismo : o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo : Difel, 1979.

## Periódicos

- Jornal "A Voz de Chapecó", Chapecó.
- Jornal "O Imparcial", Chapecó.
- "Jornal do Povo", Chapecó.
- Jornal "A República", Florianópolis.
- "Jornal d' Oeste", Chapecó.
- Jornal "Diário da Manhã" - Chapecó.

## Entrevistas

### *Realizadas pela Autora:*

- Arnaldo Mendes, Florianópolis, SC - 12/06/92.
- José de Miranda Ramos, Florianópolis, SC - 10/06/92.
- Odilon Serrano, Chapecó, SC - 28/08/92.
- Rivadávia Scheffer, Chapecó, SC - 26/09/92.
- Otávio Celso Rauhen, Xanxerê, SC - 25/08/92.
- Plínio Arlindo de Nês, Chapecó, SC - 1988.
- João Destri, Chapecó, SC - 1992.

### *Demais Entrevistas Utilizadas*

- Plínio Arlindo de Nês - CEOM/UNOESC - 25/10/86.
- João Destri - Jornal "Diário da Manhã" - 07/08/05/88.
- Timóteo Paz de Freitas - CEOM/UNOESC - 1988.
- Raul José de Campos - CEOM/UNOESC - 1987.
- Giocondo José Cella - CEOM/UNOESC - 1986.
- Gentil Bellani - CEOM/UNOESC - 1986.

### *Fontes Documentais*

- Atas da Câmara Municipal de Chapecó, de 1947 a 1965.
- Livro de Ata n. 1 da Associação Comercial e Industrial de Chapecó.
- TRE/SC. **30 anos de Justiça Eleitoral.** Florianópolis, 1975.
- **Exemplar Estatístico.** Florianópolis. N. 6, ano I, nov/dez. 1962.
- TRE. Pedidos de Registro dos Partidos Municipais chapecoenses, de 1947 a 1965.
- IBGE. Dados Demográficos e Econômicos de 1940 a 1960.

Tabela 01

## RESULTADOS ELEITORAIS PARA O LEGISLATIVO CHAPECOENSE (1947 a 1962)

(Distribuição de Cadeiras, por Eleição)

Eleições: Legendas	23/11/47		03/10/50		03/10/54		03/10/58		07/10/62			
	Votos	%	Nº Cad	Votos	%	Nº Cad	Votos	%	Nº Cad	Votos	%	Nº Cad
PSD	3905	76,24	9	1199	50,44	6	1757	48,62	6	1841	45,07	6
UDN	658	12,85	2	542	22,80	3	1034	28,61	4	948	23,21	3
UDN/PTB	559	10,91	2									
UDN/PL				124	5,22	1						
PTB				512	21,54	3	489	13,53	2	1296	31,72	4
PSP				1		1	334	9,24	1			
PRP				1		1						
TOTAL	5082	100,0	13	2377	100,0	13	3164	100,0	13	4085	100,0	13

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados coletados nos diplomas de vereador, expedidos pela Justiça Eleitoral de Chapecó, bem como em jornais locais.

Obs.: - Não conseguimos localizar o resultado da votação do pleito de 1950.

- Os dados dizem respeito apenas as eleições do município de Chapecó, antes e depois das emancipações.

Tabela 2

## RESULTADOS ELEITORAIS DO EXECUTIVO CHAPECOENSE (1947 - 1965)

ANO	PREFEITO	PARTIDOS	VOITOS	%
1947	Vicente Cunha	PSD	4.481	60,09
1950	José de M. Ramos	PTB/UDN	6.723	56,41
1955	Plínio A. de Nês	PSD/PTB	3.095	58,42
1960	João Destri	PTB/PSD	5.509	60,32
1965	Sadi de Marco	PTB/PSD	3.357	44,61
Total			23.165	100,00

Fonte: TRE/SC

Obs.: Os resultados dizem respeito apenas as eleições do município de Chapecó, antes e depois das emancipações.

Tabela 3

### RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO EM CHAPECÓ (1947 - 1965)

Eleições	19/01/47			03/10/50			03/10/55			03/10/60			03/10/65		
	Votos	%	Legendas	Votos	%	Legendas	Votos	%	Legendas	Votos	%	Legendas	Votos	%	Legendas
PSD/ PTB	3355	62.12	PSD	5319	44.12	PSD/PTB	2964	56.58	PSD/PTB	5333	59.56	PSD/PT B	4512	60.25	PRP/PSP
UDN	2046	37.88	UDN/PTB	6737	55.88	UDN/PRP PSP/PDC	2275	43.42	UDN/PTB	3621	40.44	UDN	2977	39.75	
Total	5401	100.00		12056	100.00		5239	100.00					7489	100.00	

### E NO OESTE DO ESTADO

Legenda	03/10/55		03/10/60		03/10/65	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%
PSD/PTB	8730	41.58	20961	50.00	34651	51.86
UDN/PRP PSP/PDC	12267	58.42	20960	50.00	32166	48.14
Total	20997	100.00	45591	100.00	66817	100.00

Fonte: TRE/SC.

Obs.: Até as eleições de 1950 os resultados eleitorais dizem respeito ao "Grande Chapecó". Depois de 1955, além de apresentarmos os dados do município de Chapecó, somamos os resultados dos pleitos para o Governo do Estado também dos novos municípios que foram sendo criados no oeste catarinense, após 1953.

Tabela 4

**RESULTADOS ELEITORAIS DOS CANDIDATOS DO OESTE NA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1947-1962)**  
(Distribuição de Cadeiras por Eleição)

Eleições Legendas	19/01/47		03/10/50		03/10/54		03/10/58		07/10/62		
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%	
PSD	2872	100	4935	48.60	1	32.54	1	5192	67.49	1	-
UDN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTB	-	-	2901	28.57	1	24.32	1	-	-	5970	40.90
PRP	-	-	2318	22.83	1	25.43	1	2501	32.51	1	4260
PSP	-	-	-	-	-	17.71	1	-	-	-	-
Total	2872	100	10154	100.00	3	100.00	4	7693	100.00	2	14597

Fonte: TRF/SC.

Obs.: Os resultados da tabela dizem respeito somente aos deputados eleitos e não aos suplentes convocados.

Tabela 5

## RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM CHAPECÓ - 1950 a 1960

Legenda	03/10/50		03/10/55		03/10/60			
	Votos	%	Legenda	Votos	%	Legenda	Votos	%
PSD	5259	42.63	PSD/PTB	2574	49.42	PSD/PTB	4202	48.83
PTB	4518	36.62	PRP	343	6.58	UDN/PDC	3041	35.34
UDN	2560	20.75	UDN	827	15.88	PSP	1362	15.83
PCB	1		PSP	1465	28.12			

Fonte: TRE/SC

Obs.: - Não possuímos os dados dos resultados da eleição de 1945, ocasião em que Chapecó ainda pertencia ao Território do Iguaçu.

- Até as eleições de 1950 os resultados eleitorais dizem respeito ao "Grande Chapecó". A partir de 55, apresentamos apenas os resultados das eleições do município de Chapecó, deixando de mencionar os dados eleitorais das novas unidades administrativas que foram sendo criadas no oeste do Estado, depois de 1953.

Quadro 1

TENDÊNCIAS PREDOMINANTES EM CHAPECÓ, NO OESTE E NO ESTADO DE SANTA CATARINA (FINS ANOS 40 - INÍCIO ANOS 60)

REGIÕES	LEGISLATIVO	PREFEITOS	GOVERNADOR	PRESIDENTE
CHAPECO	PSD - PSD UDN - PTB UDN	PSD - PTB/PTB UDN	PSD/PTB - PSD/PTB UDN UDN	PSD - PSD/PTB PTB UDN UDN
OESTE	PSD - UDN	-	UDN - PSD/PTB	-
ESTADO	PSD - PSD UDN PSD PTB PTB	-	PSD - PSD/PTB UDN UDN	PSD - UDN/PDC PTB AST UDN PSP